

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Lara Elissa Andrade Cardoso

**DUAS DÉCADAS DE SOFT POWER NA MÍDIA ELETRÔNICA BRASILEIRA  
(1997-2017)**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).  
Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti.

Juiz de Fora  
2018

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Lara Elissa Andrade Cardoso**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201772038A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **DUAS DÉCADAS DE SOFT POWER NA MÍDIA ELETRÔNICA BRASILEIRA (1997-2017)**, desenvolvido durante o período de 06/08/2018 a 01/12/2018 sob a orientação de Rodrigo Christofolletti, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**LARA ELISSA ANDRADE CARDOSO**

### **Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

# DUAS DÉCADAS DE SOFT POWER NA MÍDIA ELETRÔNICA BRASILEIRA (1997-2017)

## TWO DECADES OF SOFT POWER IN BRAZILIAN ELECTRONIC MEDIA (1997-2017)

Lara Elissa Andrade Cardoso<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo abrange a aplicação pragmática de um conceito do campo das Relações Internacionais chamado *soft power* (*poder brando*). Tomando o período histórico de vinte anos (1997-2017) e os desencadeamentos governamentais que sucederam durante esse período, a finalidade permeia em apresentar o engajamento desse *soft power* na política externa brasileira por meio da mídia eletrônica Folha de São Paulo em vista de investigar como o país lida com seu potencial influenciador e como o fenômeno é abordado pela imprensa. É observado, como ponto de partida, a relevância de elaborar uma contextualização com o cenário amplo do sistema de Estados e as teorias estudadas pelas Relações Internacionais. Atrelado a isso, o *soft power* é, então, conceituado em sua pluralidade como ferramenta política de persuasão e a série de exemplos que seguem em meio as reportagens da Folha de São Paulo parece tomar o termo mais “palpável” e explicativo, diante de sua intangibilidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Poder. Soft Power. Hard Power. Relações Internacionais. Cultura. Patrimônio Cultural. Política. Diplomacia.

### ABSTRACT

This article covers the pragmatic application of a concept of the field of International Relations called *soft power*. Taking the historical period of twenty years (1997-2017) and the governmental unrest that followed during this period, the purpose permeates in presenting the engagement of this *soft power* in brazilian foreign policy through the electronic media Folha de São Paulo in order to investigate how the country deals with its potential influencer and how the phenomenon is approached by the press. It is observed, as a starting point, the relevance of elaborating a contextualization with the broad scenario of the State system and the theories studied by the International Relations. Linked to this, *soft power* is then conceptualized in its plurality as a political tool of persuasion and the series of examples that follow amid the Folha de São Paulo reports seems to make the term more "palpable" and explanatory, in the face of its intangibility.

**KEYWORDS:** Power. Soft Power. Hard Power. International Relations. Culture. Cultural Heritage. Politic. Diplomacy.

## 1.INTRODUÇÃO

Em um primeiro momento seria relevante a discussão acerca da definição de “poder” e suas implicações, visto que seu sentido não é estático. Ele varia conforme o tempo e, principalmente, o contexto. Com isso, implica-se que, em termos de nações, distintos países puderam exercer seu papel de hegemonia mediante o panorama histórico do momento. Para Robert Dahl (2001), “o conceito de poder envolve a habilidade para conseguir que outra pessoa faça alguma coisa que, de outra forma, não seria feita” (GUERALDI, 2006, p.31). Na versão do renomado cientista político, filósofo, sociólogo e jornalista francês Raymond Aron (2002) prevalece uma distinção entre poder, que se dá ora ofensivo, ora defensivo:

Poder ofensivo é a capacidade de uma unidade política de impor sua vontade sobre as demais e sua capacidade de não deixar que a vontade alheia lhe seja imposta. [...]. [E já o poder defensivo] consiste em um Estado salvaguardar sua autonomia, manter seu próprio estilo de vida, não aceitar que suas leis internas ou ações externas sejam subordinadas aos desejos de outros países (ARON, 2002, p.32).

Tendo como embasamento teórico a dissertação de mestrado “A Aplicação do Conceito de Poder Brando (Soft Power) na Política Externa Brasileira”, de Ronaldo Guimarães Gualdi, sob orientação de Ana Lúcia Guedes, torna-se possível trabalhar em aspectos mais pontuais seguindo o fichamento dessa dissertação, de autoria de Carolina Munck Schaeffer.

O poder, inicialmente, era atribuído à nação com maiores dimensões territoriais aliada à força militar. Essa foi a ideia de hegemonia que marcou, principalmente, o período histórico do Imperialismo enquanto nações

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: lara\_elissa@hotmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Christofoletti.

lutavam incessantemente pela expansão territorial. Posteriormente, a noção de poder migrou para o patamar do mercado financeiro, de modo que era a força econômica que ditava o nível de poder. Atualmente, como escreve Guerardi, o controle da informação caracteriza-se como um forte aliado de uma nação hegemônica. Logo, conforme o decorrer dos tempos, a semântica de “poder” se modificou e, conseqüentemente, os Estados se viram na necessidade de adaptação a diferentes realidades, sobretudo no dilema de engajamento e restabelecimento frente aos demais. No panorama do sistema internacional de Estados de Edward Carr (2001), teórico defensor do realismo clássico, o poder se daria distribuído em pelo menos três categorias: militar, econômico e poder sobre a opinião. Ignorando os dois primeiros já habituais, este último parece apresentar aspectos do “*poder brando*” (*soft power*). Em suma, seu significado remete ao domínio estratégico da persuasão e foi cunhado pelo cientista político estadunidense Joseph Nye Jr. na década de 90 do século XX. Conforme posicionamento de Ronaldo Guimarães Guerardi, *poder brando* “é a habilidade de influenciar os outros a fazer o que você deseja pela atração em vez da coerção. O poder coercitivo seria a ostentação militar e sanções econômicas, classificadas por Nye como ‘poder bruto’ [ou *hard power*], enquanto a identidade cultural, ideológica e política comporiam o ‘poder brando’” (GUERALDI, 2006, p.65). As clássicas correntes predominantes no estudo das Relações Internacionais (RI) – realismo e liberalismo – serão mais exploradas a seguir. Porém, cabe ressaltar de imediato que o *poder suave* não carrega um sentido pejorativo, manipulador ou maquiavélico como na concepção de natureza humana de autores realistas. Contudo, Nye, Carr e Kissinger apresentam em comum a mesma linha de investigação em Relações Internacionais: “o realismo e o estudo da segurança internacional” (GUERALDI, 2006, p.33).

Em termos ilustrativos verifica-se que o *soft power* opera com noções sedutoras de convencimento como direitos humanos, democracia e oportunidades individuais. O presente trabalho pretende abrigar, por meio de reportagens da mídia eletrônica Folha de São Paulo, como o *soft power* foi aplicado na política externa brasileira em um período de vinte anos (1997-2017). O conceito, se aplicado com discernimento, molda a perspectiva de uma nação em níveis doméstico e global, de modo a alcançar legitimidade e reconhecimento perante aos demais componentes do sistema internacional de Estados.

## 2. DESENVOLVIMENTO EM TRÊS TEMPOS

### 2.1. Tomando familiaridade com o conceito de *Soft Power*

Inicia-se este trabalho com a seguinte colocação: como se explica a grandeza atrativa das indústrias cinematográficas pelo globo? E que brasileiro nunca viu uma cena de novela mexicana sendo aclamada por um público imenso? A explicação para esses e demais episódios mencionados ao longo do trabalho referem-se ao conceito de *soft power*.

Concretizado ao início dos anos 90 do século XX pelo cientista político estadunidense Joseph S. Nye Jr., *soft power*, cuja tradução para o português seria *poder brando* ou *poder suave*, remete a um conjunto de estratégias e habilidades peculiares ao universo geopolítico no qual opera o sentido de convencimento ou persuasão em detrimento da imposição coercitiva. A primeira aparição do conceito por Nye se deu na obra “Bound to Lead: The Changing Nature of American Power”, na qual o autor começa a desenvolvê-lo. O *soft power*, em contraponto às medidas mais primitivas da história das relações internacionais que apelam para a força bélica, ameaças, sanções e poder econômico, trabalha com uma série de artifícios que seduz e, portanto, conquista adeptos por despertar o interesse. Sendo assim, afim de conseguir um maior alcance com o último lançamento de uma produção hollywoodiana, por exemplo, os representantes tendem a adotar meios persuasivos, de modo que o público se sinta atraído e à vontade sobre sua opção de prestigiar o longa, de maneira que seja tão satisfatório a ponto de ser indicado a outras pessoas. Quanto às críticas, os teóricos marxistas costumam atrelar *soft power* com o significado de ideologia, sendo que essa ideologia viria como um “conjunto de princípios, ideias, valores ou instituições, compartilhados, consentidos ou considerados legítimos por diferentes grupos, e que concomitantemente são recursos de poder, influência ou controle de um sobre o outro” (CHRISTOFOLETTI, 2017, p.30). Então, dotado de eficácia e rompendo com a brutalidade de medidas provenientes do *hard power* – ou *poder bruto*, o *soft power* manifesta-se sutilmente no meio amplo da cultura, de modo a abrigar a cinematografia, como previamente mencionado, as produções musicais, a dança, as artes cênicas, o pluriverso das linguagens, a culinária, a moda, o comércio e os games. *Poder brando*, no entanto, embora cabível e eficaz em múltiplos contextos, faz-se praticamente impossibilitado de ser quantificado, devido sua intangibilidade e relatividade. Dessa forma, seria também relevante destacar o fato de que culturas se chocam. Ou seja, ora atravessam fronteiras, ora batem de frente. Logo, um ritmo musical que é recorrentemente aplaudido em determinada região pode representar repulsa às demais.

Como observado, os poderes advindos da indústria bélica e da imposição constroem uma tendência hegemônica, na medida em que provocam a competição interestatal em meio a luta por seus próprios interesses. Considerando o fato de que o sistema internacional de Estados é anárquico<sup>2</sup>, isto é, não dispõe de um chefe de controle global, logo, deve-se levar em conta que a possibilidade de travamento de guerras é válida e imprevisível. Ainda sobre hegemonia, cétricos, Thayer e Layne discorrem que “em política internacional, hegemonias benevolentes são como unicórnios” (LAYNE; THAYER, 2007, p.68, tradução nossa), fazendo referência às figuras imaginárias de unicórnios que são majoritariamente presentes no universo infanto-juvenil. De modo a estabelecer uma correlação entre segurança e poder estatais, esse empenho defensivo com fins de tirar vantagem a qualquer custo vigora nos assuntos que dizem respeito às relações internacionais, mais precisamente, na tendência realista cujas premissas caminham de mãos dadas com o *hard power*. Junto a um panorama geral das RI's, o realismo será mais bem exemplificado adiante, onde serão feitas, também, uma abordagem sobre a corrente oposta, a liberalista.

Conforme analisado, *poder suave* se estende desde expressões artísticas até patrimônio cultural – tema, inclusive, ainda pouco discutido na seara das Relações Internacionais. Então, nesse ponto convém abrir um parêntese para abarcar o patrimônio cultural enquanto *soft power* e como se dá seu engajamento na diplomacia cultural, sobretudo no caso do Brasil. Será se as Relações Internacionais estão realmente preocupadas a entrar nas peculiaridades temáticas dos museus, paisagens e espaços culturais? Ou se mostram meramente preocupadas com “economia, assuntos militares, crimes, saúde, meio ambiente, terrorismo e assim por diante” (p.18) como afirmaram Christina Luke e Morag Kersel? Em primeira instância, cabe trazer o conceito de diplomacia cultural, por Waller: “Diplomacia Cultural é um tipo de diplomacia pública que transita nos domínios do soft power e que inclui a troca de ideias, informação, arte e outros aspectos da cultura entre as nações e os seus povos a fim de promover a compreensão mútua” (WALLER, 2008, p. 78). O *soft power* de uma potência, como os Estados Unidos, atua como fator de sustentação para as atividades da política externa. Para Nye (2004), valores como democracia e liberdade individual devem ser resistentes na agenda diplomática do Estado, de forma que “[...] ignorar tais valores, como democracia e liberdades individuais, pode comprometer a eficiência da política externa do país e levar ao seu isolacionismo” (NYE, 2004, p.20).

A seguir, são discorridos assuntos pertinentes a abrangência do patrimônio cultural enquanto *soft power* tomando como embasamento teórico a obra “Bens Culturais e Relações Internacionais: O Patrimônio como Espelho do Soft Power”, sob organização de Rodrigo Christofoletti. Na introdução do livro, desenvolvida pelo próprio organizador, Christofoletti procura abarcar a descrição clássica do fenômeno *soft power* de Joseph Nye Jr. em vista de trazer sua aplicação, especificamente, ao patrimônio cultural exercendo seu *poder brando*. Nas últimas décadas da literatura brasileira – e também mundial – vigora uma precariedade de ferramentas que tratam do patrimônio cultural na agenda diplomática e nos estudos das Relações Internacionais, de modo que, a título ilustrativo, “Bens Culturais e Relações Internacionais: O Patrimônio como Espelho do Soft Power” se insere como a quarta obra a trabalhar com as RI's e a temática do patrimônio cultural material e imaterial enquanto *soft power*. Christina Luke e Morag Kersel (2012) sustentam a insuficiência de um elo “bem conhecido” entre o patrimônio cultural e as Relações Internacionais. Não se restringindo ao Brasil, isto é, ainda no contexto internacional o patrimônio não costuma estar disposto ao mesmo patamar da lista de prioridades diplomáticas. Como exemplo, Rodrigo Christofoletti expõe o fato de a literatura estadunidense promover seus produtos ultraexportados em uma aliança com as RI's, ao passo que carece de uma abordagem mais convincente na área da literatura diplomática. Como o próprio autor adverte, o universo das Relações Internacionais permaneceu desde a sua criação, em certa medida, recuado das discussões que abrangem o meio cultural, de maneira que suas principais preocupações se levantaram para outras prioridades da agenda da política externa. Com exceção do livro “Poder Suave (Soft Power)” escrito pelo jornalista e mestre em comunicação social Frantjesco Ballerini (BALLERINI, 2007), a aglomeração literária brasileira das últimas três décadas praticamente não discute as implicações do patrimônio cultural, sejam em nível doméstico ou global. Atualmente, contudo, o patrimônio cultural, em variados aspectos, atingiu maior visibilidade dentro das políticas internacionais:

Quer se trate de relacioná-lo à ideia de sustentabilidade, à luta contra o extremismo, ou políticas em torno do acesso à cidadania e à tradição, o patrimônio cultural passou a ter visibilidade muito maior e participação relevante, havendo um avanço na presença de organismos de preservação nas mesas de negociação das políticas internacionais como jamais visto antes (CHRISTOFOLETTI, 2017, p.24).

---

<sup>2</sup> O sentido de anarquia, nesse caso, remete exclusivamente à inexistência de um governante global ao passo que não remete, portanto, ao sentido de bagunça ou desordem, que estaria mais próximo do conceito de anomia.

Ainda assim, de acordo com Christofoletti, os interesses dos estudantes de relações internacionais costumam versar acerca de “crises humanitárias contemporâneas (refúgio, guerras civis, experiências de campo), as novas tendências da política externa brasileira, os temas contemporâneos da política global, as derivações do Direito Internacional, das negociações ou dos agenciamentos de conflitos, dentre outros temas considerados mais candentes” (CHRISTOFOLETTI, 2017, p.18). Logo, de acordo com o autor, eles se situam “[n]um panorama inconveniente: a temática dos bens culturais, assim como a gestão sobre seu usufruto, quase não é contemplada pelo currículo da maioria dos cursos que formam internacionalistas” (CHRISTOFOLETTI, 2017, p.23). Contudo, as grades curriculares dos cursos de RI’s deveriam elencar as temáticas *soft power*, relações internacionais e patrimônio cultural como fatores interligados e, de fato, de dependência mútua, visto que o mundo contemporâneo requer dos Estados o desenvolvimento de *poder brando* sob esse viés do patrimônio. Assim, as propostas levantadas por Rodrigo Christofoletti são:

a) as Relações Internacionais precisam se abrir para uma compreensão mais aprofundada e crítica do *soft power*; é preciso criar mecanismos de atuação e atualização dos problemas e demandas gerados no seio das temáticas preservacionistas, o que significa aumentar a visibilidade do *poder brando* nas negociações internacionais e sua visibilidade no currículo universitário; b) é fundamental desmistificar a ideia de que apenas a política e a economia *stricto sensu* movem as relações diplomáticas e as demandas internacionais; c) é notório que o elemento cultural já não é mais associado à parte mais fácil do conhecimento, metaforizado em “perfumaria intelectual” (CHRISTOFOLETTI, 2017, p.23/24).

Ainda sobre a questão dos patrimônios cabe ressaltar que o *poder brando* não opera, exclusivamente, a partir de ação governamental. Como aponta Christofoletti na introdução do livro:

O poder do exemplo, o poder da atração pela cultura ou, em outras palavras, a habilidade de um país atrair os demais em razão de sua cultura e valores políticos em sua política externa, ou seja, o *soft power*, é algo que emerge em parte por causa do governo e em parte apesar dos governos (CHRISTOFOLETTI, 2017, p.18).

Inclusive, a fim de se consolidar *soft power* enquanto patrimônio cultural com base na opinião do ativista político Shashi Tharoor, Christofoletti “[...] é preciso estar conectado, e a interação, gestão e difusão dos patrimônios podem ser encaradas como exercícios de ação do *soft power*” (CHRISTOFOLETTI, 2017, p.18). Adiante, será exposta uma contextualização sobre o panorama do sistema internacional de Estados e seu debate teórico clássico na visão de renomados ícones das Relações Internacionais que, de certa forma, contribuíram para todo o acervo literário de que se tem conhecimento hoje.

## 2.2. Explorando o universo das Relações Internacionais

Em “Introdução às Relações Internacionais”, Robert Jackson e Georg Sørensen trazem claras abordagens acerca dos estudos teóricos que englobam as múltiplas tradições da relação entre Estados. A fim de evitar a limitação do presente trabalho ao universo das Relações Internacionais de modo a ignorar o *soft power* como tema principal, propõe-se a elaboração de um breve panorama da oposição realismo *versus* liberalismo, na medida em que se procura estabelecer conexões com o *poder suave*. Ao findar da Primeira Guerra Mundial, os debates que recorriam à temática das relações interestatais passaram a abranger a oposição dessas duas grandes tendências, que foram se modificando conforme o passar do tempo e as circunstâncias.

Sobre as premissas básicas da corrente realista pode-se afirmar que são atemporais, isto é, estiveram e estão recorrentes desde sempre na grande parte das questões abordadas pelos estudiosos de RI. De modo a simplificá-las, Jackson e Sørensen procuraram enumerá-las da seguinte maneira:

(1) uma visão pessimista da natureza humana; (2) uma convicção de que as relações internacionais são necessariamente conflituosas e os conflitos internacionais são, em última análise, resolvidos por meio de guerra; (3) apreciação pelos valores da segurança nacional e da sobrevivência estatal; e (4) um ceticismo básico com relação à existência de um progresso comparado ao da vida política nacional [...] no contexto internacional (JACKSON; SØRENSEN, 2013, p.98).

Hans J. Morgenthau, Tucídides, Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes formam o conjunto dos principais representantes do realismo e, seguindo a mesma tendência, acreditam que a política internacional se resume a uma “política de poder” cujos indivíduos nela inseridos possuem o objetivo central de aquisição de poder, num ideal de natureza humana que almeja tirar vantagem às custas do outro, ao passo que, simultaneamente, se evita ser dominado ou dado por vencido. Em meio a isso, considera-se uma disposição hierárquica, na qual os países mais fortes, aqui representados pelas grandes potências, dominam e detêm poder sobre os demais. Além

do domínio, a segurança estatal também é um dos valores que constitui o pilar da política externa de natureza realista. O Estado nessa perspectiva deve, então, além de exercer poder em seus mais variados aspectos, se empenhar nas condições de segurança; e a segurança poderia ser caracterizada pela privação de ameaça à nação.

Ao propósito de se chegar às considerações finais sobre o realismo observa-se que os defensores desta corrente prezam pela segurança e sobrevivência estatais, além da política de poder e da ordem ou, melhor dizendo, estabilidade internacional. Perante as premissas do realismo nota-se a inexistência de relações mútuas e obrigatórias de ordem moral entre Estados. Com isso, seria cabível estabelecer uma comparação desse afastamento à moralidade com aquela posição cética de Thayer e Layne sobre a ausência de hegemonias benevolentes, comparando-as, inclusive, com unicórnios (LAYNE; THAYER, 2007, p.68). Em meio a isso, os teóricos realistas, claramente, defendem a preocupação prioritária e exclusiva de uma nação com seus próprios interesses políticos em detrimento dos demais.

Em relação às críticas recorrentes contra o realismo, a sociedade tradicional em âmbito internacional costuma argumentar acerca de seu enfoque demasiadamente restrito. Além disso, desconsidera o fato de que a política externa, em suas relações, deveria abrigar uma série de posicionamentos distintos. Por um outro lado, a teoria emancipatória condena a política de poder como obsoleta, tendo em vista a segurança contemporânea, que faz parte do sistema internacional como um todo, de modo que não seria um tema limitado à uma nação específica.

Adiante, o enfoque é sobre o liberalismo e seus ideais. Em geral, o liberalismo acredita que a razão humana pode suceder uma visão positiva da natureza. Dessa forma, a aplicação de atributos guiados racionalmente no cenário das Relações Internacionais poderia funcionar como uma solução de conflitos e poderia também, inclusive, evitar possíveis guerras. No entanto, defensores do liberalismo reconhecem o fato de que os seres humanos são “egoístas e competitivos até certo ponto” (JACKSON; SØRENSEN, 2013, p.149). Nesse sentido, a razão humana entraria como o caminho mais eficaz para a cooperação. Além disso, alguns teóricos liberais creem que conforme o tempo vai passando, atrelado à modernização, os objetivos mútuos tendem a prosperar; de modo que abrem caminho para uma verdadeira necessidade de cooperação (ZACHER; MATTHEW, 1995, p. 119). Então, levando em conta os indivíduos, em contraponto ao realismo que descreve a nação como prioridade instrumental de poder, “o progresso para os liberais é sempre para os indivíduos, ou seja, a preocupação central do liberalismo é a felicidade e a satisfação dos seres humanos” (JACKSON; SØRENSEN, 2013, p.150).

Interessante notar as nuances do pensamento liberal em vista dos acontecimentos históricos. O otimismo liberal, por exemplo, passou a apresentar um viés utópico após a Segunda Guerra Mundial. Temas como limitação do progresso, a quem se dirige o progresso ou quais suas subdivisões são assuntos recorrentes do próprio debate entre os liberais. Conforme a representação esquemática do livro, os autores apontam a razão humana como principal responsável pelo progresso humano de um lado, pela cooperação de outro e também pelo processo de modernização como precursor do desenvolvimento do Estado moderno (JACKSON; SØRENSEN, 2013, p.151). Como previamente mencionado, a tendência liberal sofreu oscilações e reparos ao longo do tempo, de modo que o contexto pós-Segunda Guerra Mundial trouxe quatro segmentos liberais, sendo: *liberalismo sociológico*; *liberalismo da interdependência*; *liberalismo institucional* e, por fim, *liberalismo republicano* (JACKSON; SØRENSEN, 2013, p.151; NYE, 1988, p.246; KEOHANE, 1989, p.11; ZACHER; MATTHEW, 1995, p.121).

Diante das múltiplas subdivisões das tendências realista e liberal, cabe enfatizar o direcionamento exclusivo do presente estudo para as linhagens clássicas. É importante desmistificar, em primeiro momento, a convicção de que a totalidade dos autores da escola realista das Relações Internacionais assumem postura idêntica. O mesmo ocorre para a abordagem liberal, ou seja, não existe uma “receita de bolo” para abrigar as ideologias dos defensores do liberalismo. Sendo assim, os teóricos podem chegar ao consenso em determinados pontos, mas discordar em outros. Portanto, essas teorias das RI's não permitem generalização. Tendo em vista o fato de que os estudiosos podem se aproximar em determinados aspectos, a título de ilustração, cabe apresentar as palavras-chave que constituem a essência de ambos os pensamentos. Poder, sobrevivência e segurança estatais, medo e anarquia internacional caracterizam o realismo, enquanto instituições, paz, livre-comércio, democracia, racionalidade e republicanismo formam o pilar básico da postura liberal. Com a disposição das principais informações acerca dessas correntes e, sobretudo, de forma mais superficial, o foco a seguir migra para comparações que objetivam trazer detalhamentos pontuais.

Considerada por alguns autores a mais influente teoria no panorama das relações internacionais, o realismo clássico é fruto dos postulados filosóficos de Nicolau Maquiavel e de Thomas Hobbes, em meio à sua conceituação do estado de natureza humano de “guerra de todos contra todos”. Como previamente ressaltado, a

partir do modelo de estado de natureza, a analogia com o realismo no sistema internacional de Estados se daria no sentido de cada um zelar por sua segurança e integridade física diante da busca incessante pelo poder. Costuma-se caracterizar essa disputa pela autonomia como um “jogo de soma zero”<sup>3</sup>. Morgenthau, um dos pioneiros do realismo, sublinhou seis importantes princípios que viriam a se tornar indispensáveis ao sistema internacional:

(a) a política, tal como a sociedade, é regida por leis objetivas, que espelham a natureza humana; (b) o poder é o objetivo comum de todos os Estados; (c) o poder é um conceito universalmente definido, mas que se expressa diferentemente de acordo com o tempo e o espaço; (d) os princípios morais são fundamentais para as Relações Internacionais, mas são subordinados aos interesses da ação política e à prudência do estadista; (e) os princípios morais não são universais, mas particulares; (f) a esfera política é autônoma em relação a outras esferas sociais (JUBRAN; LEÃES; VALDEZ; 2015, p.15).

Em meio aos modelos que tendem a enfatizar a hegemonia, Nicolau Maquiavel no clássico “O Príncipe” elabora uma série de conceitos que condiz com a sobrevivência estatal. O autor, para isso, lista situações de atitudes consideradas viáveis e legítimas para um governante ao passo que seriam, concomitantemente, inadmissíveis se praticadas por um cidadão comum. O teórico, ao optar pelo realismo em detrimento do idealismo – como também é chamada a teoria liberal por alguns autores – sustentava a tese de que “para sobreviver, o poder se faz necessário, e o uso da balança de poder, assim como de alianças, é crucial para lidar com o desafio da segurança” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Outra relevante obra seria “Leviatã”, de Thomas Hobbes. No clássico, o autor discorre sua concepção do estado de natureza a fim de justificar o risco da falta de um soberano para trazer ordem ao sistema internacional. Lembrando que no estado de natureza proposto por Hobbes, o indivíduo move-se de acordo com suas paixões e seu livre arbítrio, dispendo de qualquer meio para alcançar seus objetivos, ainda que seu semelhante seja prejudicado. Logo, em meio a essa imensurabilidade de manipulação do poder, acredita-se que o homem é mau por natureza, o que acaba se encaixando na performance do sistema internacional.

Voltando a atenção para a abordagem clássica do liberalismo, vale afirmar que seu destaque e influência tanto na academia quanto nos órgãos oficiais das nações segue aumentando desde o fim da Guerra Fria. De acordo com Nogueira e Messari (2005), as noções liberais transitam na paz, nas instituições, no livre-comércio e no republicanismo. Além disso, é herdeira do iluminismo – corrente ideológica essencialmente moderna que defende o uso da razão como instrumento para os indivíduos tomarem suas decisões de maneira autônoma e livre. Em detrimento da ideia de “jogo de soma zero” em meio ao caos inato da “guerra de todos contra todos”, os teóricos do liberalismo discursam sobre questões fundamentalmente mais humanizadas, de modo que conceituam os seres humanos como: “[...] iguais, na medida em que todos possuem, por natureza, a mesma capacidade de descobrir, compreender e decidir como alcançar a própria felicidade” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). A seguir, um trecho da carta da Organização das Nações Unidas (ONU) opera no sentido de ilustrar a influência liberal em contraponto ao realismo:

Nós, os povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da Guerra, que por duas vezes, no espaço de nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade dos direitos dos homens e das mulheres, assim como das Nações Grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do Direito Internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla (Carta das Nações Unidas, 1945).

Conforme apresentado, esse trecho da ONU dispõe de argumentos em caráter conscientizador aos fatores essenciais à humanidade, sendo eles: a liberdade, a igualdade, o cooperativismo, a prosperidade e a solidariedade. A Carta entra, na verdade, como uma resposta racional ao realismo enquanto este estreita os caminhos do interesse egoísta de cada nação num conflito permanente em busca pelo poder a qualquer custo, como em analogia ao estado de natureza de Hobbes. Concomitantemente, a asseguuração de sua própria segurança se caracteriza como primordial propósito do debate. Então, o realismo, a partir de uma visão majoritariamente negativa, defende a questão da sobrevivência nacional em meio ao cenário de conflito constante, impossibilitando assim, as aspirações de prosperidade, paz, evolução e progresso, como se fossem metas intangíveis. Conforme verificado, essas tradições clássicas reconfiguram pontos de tensão entre si, de

---

<sup>3</sup> O jogo de soma zero da teoria realista implica a indivisibilidade de bens e recursos, tendo em vista sua escassez. Então, sendo não passíveis de compartilhamento, a disputa se mantém continuamente.



modo a se identificarem como irreconciliáveis. Alguns autores, inclusive, tendem a trabalhar com as temáticas da escola realista como assuntos concretos que, como o próprio nome já indica, condizem com a realidade; enquanto que, por outro lado, os críticos tendem a apontar que os defensores do liberalismo partem de princípios idealistas remotos que, ainda que distantes da realidade, projetam relações interestatais conforme deveriam ser.

Para finalizar a contextualização, há também uma terceira corrente que não poderia ser deixada de lado: a *Teoria da Escola Inglesa* ou *Sociedade Internacional*. Com seu auge da bipolarização mundial ou, mais especificamente, no contexto da Guerra Fria, a teoria traça pontos intermediários entre as premissas clássicas do realismo e do liberalismo. O cenário internacional pós-Segunda Guerra deixou marcas divisórias bem explícitas em meio a bipolaridade das duas correntes e a tendência da Escola Inglesa, tendo Martin Wight e Hedley Bull como seus principais fundadores, relaciona ideias entre ambos os extremos para a elaboração de uma via intermediária. Para isso, a Escola Inglesa conta com influências de nomes como Thomas Hobbes, Nicolau Maquiavel, Immanuel Kant e Hugo Grotius. Em apresentação didática em vídeo de autoria de Murillo Segalla, Gabriel Patah e Luís Gabriel Savio, da Universidade do Sagrado Coração de Bauru, diz-se que foi herdado do realismo: a) o conceito de poder com diferenças quanto ao tratamento; b) noção de anarquia internacional; c) pessimismo e defesa da guerra como solução de impasses internacionais. Por outro lado, a herança da corrente liberal caiu em cima das: a) ideias de cooperação de Kant, da b) inserção dos indivíduos e as OI's e ONG's ao lado do Estado.

Raymond Aron ora considerado teórico defensor do realismo, aparenta também, em certa medida, aproximar seus pensamentos para a Escola Inglesa, conforme o que se sucede no artigo científico do professor Vítor Ramon Fernandes: "Idealismo e realismo não são contraditórios entre si, mas complementares, o que é também indicativo das tensões normativas e antinomias que estruturam o pensamento de Raymond Aron" (FERNANDES, 2015, p.119).

### **2.3. O *Soft Power* em vinte anos de mídia eletrônica brasileira**

Dentre as aproximadamente sessenta reportagens do acervo online selecionadas por Carolina Munck Schaeffer desse período de vinte anos, adota-se a demonstração sucinta de alguns materiais marcados pela originalidade da cobertura midiática, a fim de expor o conteúdo ilustrativo do *soft power* na política externa brasileira e, com isso, clarear sua aplicação pragmática em linearidade cronológica. Após a breve análise do panorama internacional e suas teorias, o foco da pesquisa migra para o âmbito doméstico e, às vezes, de alcance global, de modo que estão dispostas observações de notícias relevantes do acervo online do Jornal Folha de São Paulo acerca do conceito de *soft power* em um período de vinte anos (1997-2017) da história da política externa brasileira. Sob orientação do professor Rodrigo Christofolletti, o trabalho tem como principal referência o projeto de iniciação científica de Carolina Munck Schaeffer "Bens Culturais e Relações Internacionais – O *Soft Power* na Mídia Eletrônica. Duas Décadas de Transformações (1997-2017)". O *poder brando*, conforme observado, usa ferramentas de persuasão em detrimento da coerção como acontece no caso do *poder bruto* como estratégia para convencer os outros a desejarem o que você almeja. Os meios do *soft power* tendem, a partir de pressupostos sutis, que vão desde a música, a cinematografia, a religião, a culinária, a moda ou até o futebol, com finalidade sedutora para, principalmente, um maior reconhecimento ao país. A partir desse reconhecimento trabalha-se, conseqüentemente, com finalidades que caminham aliadas a estímulos ao turismo, ao comércio local e a aspectos sociais de forma a atrair atenção global e conquistar credibilidade.

Três de novembro de 2005 é a data da primeira reportagem selecionada, de Marcos Guterman. Ela noticia o documentário “O Dia Em Que O Brasil Esteve Aqui” de 2005, sob produção de Caíto Ortiz e João Dornelas. O propósito do longa metragem transita em demonstrar a força diplomática do “Jogo da Paz” que aconteceu entre a seleção brasileira de futebol e a seleção haitiana, em Porto Príncipe, capital do Haiti. Na época, a nação mais miserável das Américas estava tomada por uma série de conflitos políticos e coube à estrutura da ONU, sobretudo o engajamento militar brasileiro, no governo Lula, prestar serviços voluntários de ajuda humanitária como ação solidária ao país. O próprio fato de oferecer ajuda humanitária e/ou ser líder nesse aspecto já é considerada uma posição de quem exerce, efetivamente, o *poder brando*. Alvo de inúmeros golpes de Estado, miséria e crise humanitária, o Haiti foi retratado não somente pela partida de futebol em si, mas pela inesquecível passagem da seleção brasileira naquelas terras. Em meio a uma multidão de súditos miseráveis, os jogadores brasileiros desfilavam acenando nos carros blindados da ONU pelas ruas de Porto Príncipe, num demasiado distanciamento. Os haitianos os adoravam incontrolavelmente, como se estivessem próximos a figuras divinas. No momento em que os soldados brasileiros distribuíam camisas amarelas, a população local recebia com uma paixão de quem estivesse recebendo alimento, para uma realidade de quem passa fome. Marcos Guterman, o editor, foca seu ponto de análise nesse distanciamento entre a seleção do Brasil e o povo do Haiti. Qual o motivo do distanciamento entre culturas que carregam histórias semelhantes? A lembrança mais do que viva dos 400 anos de escravidão brasileira parece remeter às condições com que vivem os haitianos e o sangue que corre nas veias do brasileiro, deveria, no mínimo, fazer despertar um interesse de reconhecimento de modo a carregar isso como parte de sua trajetória. O time desfilou em Porto Príncipe, jogou e seguiu rumo ao destino de volta. A frustração era visivelmente estampada nas expressões haitianas. A falta de envolvimento da seleção brasileira foi justificada como medida para se evitar maiores tumultos. Voltando à enorme simpatia haitiana ao futebol do Brasil, cabe ressaltar que o *soft power* opera conquistando os corações de toda aquela massa negra pelo “simples” fato de fazer o trajeto do aeroporto ao estádio ou pela iniciativa de distribuir camisetas amarelas como forte símbolo de apreço à seleção. Com o estereótipo de simbologia gigantesca para o país, a expressão “país do futebol” remete desde o futebol brasileiro, sobre como ele é reconhecido lá fora, aos jogadores que sonham conquistar uma carreira de sucesso e também às práticas que são herdadas de pais para filhos.

A segunda reportagem, intitulada “Pentágono banca pesquisas sobre vizinhos”, de Claudia Antunes foi publicada em seis de dezembro de 2009, na seção “Mundo” do jornal online Folha de São Paulo. O Brasil, com sua “cultura estratégica” esteve inserido na lista dos dez países pesquisados pela Universidade da Flórida sob financiamento do Departamento da Defesa dos Estados Unidos, com sede no Pentágono. Além desse, as demais nações estudadas fazem parte da América Latina e do Caribe. A finalidade desses relatórios encomendados ao Centro de Pesquisa Aplicada da Universidade Internacional da Flórida (FIU) advém de uma relação com o *poder brando*, no sentido de compreender melhor a peculiaridade de cada nação a fim de ampliar o discernimento de lidar com eles, em variados aspectos. Diante disso, cabe levantar a relevância de que a América Latina não deve ser considerada um bloco homogêneo, pois ainda que fazem parte de um mesmo

continente, cada país possui seus desafios, expectativas e dificuldades e é, portanto, de muita perspicácia se atentar a entender a história de quem se relaciona por meios políticos, comerciais ou militares. Brian Fonseca, o coordenador do projeto na FIU, chama atenção para a necessidade de se entender o processo sociocultural desses países: “Eles [os militares] se deram conta da necessidade de entender melhor as nuances que diferenciam os Estados na América Latina, a dinâmica sociocultural de cada Estado. Se deram conta de que a região não pode ser tratada como um bloco homogêneo” (FONSECA, 2009). O panorama dos últimos dez anos



Educação

Física

Virtual.

<http://educacaofisicaeeepaba.blospot.com/2011/09/o-futebol-para-alem-das->

anteriores à reportagem conta com modificações significativas de posições e fragmentações políticas na América Latina. Do ponto de vista do país investigado vale entrar na noção de *soft power* também no sentido de

reconhecimento e legitimidade. O fato de não existir um centro de pesquisas sobre a Argentina no Brasil, por exemplo, de acordo com o embaixador brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães (2002), seria catalogado como um



**Imagem 2:** Print Edition. The Americas. Jul 15th 2010. Brasília. Fonte: <https://www.economist.com/the-americas/2010/07/15/speak-softly-and-carry-a-blank-check>

ponto fraco que traduziria a vulnerabilidade que ocorre em países periféricos. Os Estados Unidos, como uma nação hegemônica, ao financiar estudos e recorrer a conhecimentos acerca de seus vizinhos na América Latina estaria, conseqüentemente, doutrinando-os, como aponta Guimarães (2002):

[...] o erro das universidades latino-americanas de não desenvolverem centros de pesquisa sobre seus vizinhos e estarem, assim, sujeitos às avaliações e estudos dos países do centro hegemônico, que ditam regras, tradições e diretrizes sobre países próximos. Ou seja, países periféricos fronteiriços acabam por se doutrinar sobre seus vizinhos

em aspectos culturais, econômicos e geopolíticos sob o olhar de países hegemônicos (GUERALDI, 2006, p.20/21).

Políticas sociais e o desenvolvimento de projetos de assistência operam para o fortalecimento do Estado que está oferecendo o amparo. Com isso, o país amplia sua reputação positiva em âmbito internacional. A terceira notícia, de Nelson de Sá, de julho de 2010, representa uma charge em crítica às políticas sociais de programas assistencialistas como o Programa Bolsa Família (PBF) do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil. A fonte midiática “The Economist” lança o seguinte enunciado questionando a eficiência do PBF: “Em busca de *soft power*, Brasil se torna um dos maiores doadores de ajuda, mas está indo longe demais, rápido demais?” (The Americas, 2010, Folha de São Paulo). Baseado no Bolsa Família, o “bem sucedido” programa *Lèt Agogo*, como classifica Nelson de Sá, foi desenvolvido no Haiti, de modo a encorajar mães a recorrer por educação aos filhos em troca de refeições gratuitas. Será que o Brasil recebe esse título de um dos maiores doadores de ajuda humanitária de modo rápido demais? A oposição decorre, em grande medida, à falta de prioridade para os problemas domésticos do país, pois cumprir o papel relevante na economia global implica, concomitantemente, ter mais responsabilidade aos problemas domésticos antes de prestar auxílio. A especialista em Políticas Públicas e Assistência Social pela Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão Sara Camêlo Aguiar propôs estabelecer uma relação entre o Programa Bolsa Família (PBF) e o governo Lula no artigo “O Programa Bolsa Família e o Governo Lula”. Publicada pela revista eletrônica “Polêm!ca” da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em outubro/dezembro de 2014, o texto conta com visão positiva quanto a eficiência do programa, sobretudo pelo sentimento de inclusão da classe baixa. Está disposto no artigo 203 da Constituição Federal/1988 que: “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; [...]” (BRASIL, 2007, p.1513/1514). De acordo com “Galetti (2011) o PBF é mais do que um repasse monetário, pois ele possui um forte significado simbólico e político para as massas desassistidas historicamente no Brasil, uma vez que passaram a se sentir incluídas e valorizadas” (AGUIAR, 2014, p.1518), ou seja, o PBF vai além de um programa de assistência às famílias de classe inferior e representa um marco efetivo na história política do ex-presidente Lula no Brasil, de modo que o ex-político promoveu, com renda pública, a conciliação de desenvolvimento econômico e amparo aos mais pobres.

“O que me importa hoje é o pós-luxo, que o Japão vive” é o título da notícia publicada em agosto de 2010, sob edição de Raul Juste Lores. O texto conta com uma entrevista com o editor canadense Tyler Brûlé, que recebeu a equipe da Folha de São Paulo no hotel Fasano. Tyler Brûlé é autor das renomadas revistas “Walpaper” e “Monocle”. Recorrendo ao incentivo de seu trabalho artesanal, Tyler Brûlé discorre: “nada é mais patético que tentar ler no iPad na praia ou na piscina, tendo que cobrir a cabeça para evitar reflexos no visor” (BRÛLÉ, 2010, Folha de São Paulo). Sendo assim, ele não abre mão dos escritos no papel, ainda que seus leitores sejam pessoas conectadas. O então defensor da produção artesanal em detrimento do meio eletrônico, Brûlé, comenta sobre o pouco explorado *soft power* brasileiro, sobretudo no campo da hotelaria, que abriga diretamente o turismo. Sobre

os BRICS<sup>4</sup>, Tyler Brûlé adverte a falha no fato de o Brasil, munido de um povo animado e criativo, fazer parte desse conjunto, visto sua potencialidade de ser um atrativo tanto para imigração em massa quanto para festas. Para o entrevistado, o *soft power* brasileiro atravessa as fronteiras da ONU e da Organização Mundial do Comércio (OMC). Portanto, classifica os BRICS como uma união injusta, por não considerar a economia do Brasil emergente ao patamar semelhante dos demais países que compõem a organização:

O Brasil tem um "soft power" muito além da ONU ou da OMC. Vocês sempre organizam as melhores festas, são os mais animados. Colocar vocês com os Rics é injusto. Quem quer ter casa de veraneio na China, na Índia ou na Rússia? Nenhum desses três teve imigração em massa, a diversidade étnica deles surgiu por expansionismo. Vocês têm comunidade libanesa, japonesa, do mundo todo, sem a culpa do passado colonialista da Inglaterra (BRÛLÉ, 2010, Folha de São Paulo).

Sobre as marcas brasileiras, Brûlé avalia que precisam superar as *Havaianas*. Por que não investir numa rede de hotéis brasileira? Segundo o autor, a hospitalidade já seria alcançada em 50% por consequência de seu povo majoritariamente amável. Em contraponto, Brûlé alega que "na Europa não se acha 'staff' que sorria" (BRÛLÉ, 2010, Folha de São Paulo).

No dia 9 de setembro de 2010, o trecho Toda Mídia trouxe com edição novamente de Nelson de Sá o *soft power* brasileiro noticiado pelo noticiário francês "Le Figaro". A reportagem intitulada "Brasil, o novo 'gigante' da ajuda humanitária" objetivou relatar a ajuda por parte do governo brasileiro a políticas assistencialistas para América Latina, África e Oriente Médio. Políticas essas que carregam influência brasileira aos receptores e resultam em respeito e reconhecimento ao Brasil como estratégia de *poder suave*. Conforme Lidia Cabral, em relatório desenvolvido para British Overseas Development Institute, "o Brasil ainda é relativamente pequeno, comparado a gigantes como China e Índia, mas tornou-se a fonte de conhecimento técnico em áreas que são fundamentais para o desenvolvimento" como em setores da agricultura, da saúde com a implementação do programa anti-AIDS e o já mencionado Programa Bolsa Família, designado na época como "o mais importante mecanismo de transferência de renda do mundo" (CABRAL, 2010, Folha de São Paulo).

No dia 15 de novembro de 2010, Eliane Catanhêde, colunista da Folha, editou uma entrevista com Celso Amorim, ex-ministro do Itamaraty: "Sempre digo que Pelé só teve um; igual a Lula não vai ter". Como o próprio título já denota, o entrevistado compara Lula com Pelé, no sentido de ser insubstituível. Segundo Celso Amorim, a política externa do governo Lula é classificada como "altiva e ativa". No entanto, nada impedia, em sua concepção, que sua sucessora, a ex-presidente Dilma Rousseff, de cumprir um mandato "extraordinário". Ao ser questionado acerca do maior acerto da política externa brasileira ele disse:

Quando o presidente me indicou publicamente, eu tinha de dizer umas palavras rápidas ali. Eu tinha falado umas duas vezes com Lula, não tinha combinado nada, não tinha estudado o programa do PT, e, aí, eu disse que a política externa seria altiva e ativa. Essas palavras, que eu disse quase por acaso, acabaram entrando para o programa do PT e da presidente. Era uma questão de atitude (AMORIM, 2010, Folha de São Paulo).

Já sobre o fato negativo de o país ficar sem a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), sem o Ciclo de Negociações Multilaterais de Doha (Rodada Doha) e sem acordos bilaterais, Celso Amorim se mostrou otimista:

Nosso comércio cresceu com o mundo todo, o Brasil é a oitava economia do mundo, está entre os dez maiores cotistas do FMI. Tinha um acordo prontinho entre EUA e União Europeia para nos enganar de novo, como sempre. Só sobravam migalhinhas. Quem disse "não" foi o G20, em 2003, e não há quem não reconheça que quem liderou o G20 foi o Brasil (AMORIM, 2010, Folha de São Paulo).

Ao final da entrevista, sobre as políticas de assistência do governo Lula a países de todos os continentes, Catanhêde perguntou se soava como uma estratégia de aumento do *soft power* e recebeu a seguinte resposta:

Em geral, está financiando empresas brasileiras, e o que o Brasil gasta é infimo. Nossa cooperação técnica é comparável talvez à de um pequeno país europeu, tipo Áustria. Você não pode estar entre as dez maiores economias do mundo, querer uma política ativa na OMC e esperar que esses países te apoiem sem nada em troca. É também querer que esses países assumam um risco na hora de você brigar com os Estados Unidos e com a União Europeia (AMORIM, 2010, Folha de São Paulo).

---

<sup>4</sup> Grupo de países com economia emergente constituído por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Migrando para a próxima reportagem, Nizan Guanaes, publicitário e presidente do Grupo ABC<sup>5</sup> ressaltou, em novembro de 2010, em relação à genialidade do poder suave brasileiro: “Nosso descontraído mix étnico, nossa capacidade de adaptação, nossa comunicabilidade são parte de um ‘*soft power*’ original e bom para os negócios” (GUANAES, 2010, Folha de São Paulo). Nizan Guanaes foi quem preparou o texto em questão. Ele aponta o Brasil com suas especificidades que o fazem progredir e chama atenção para sua alta capacidade de inovação: “Apesar da burocracia e da alta carga de impostos, o DNA brasileiro pode ser motor da inovação” (GUANAES, 2010, Folha de São Paulo). Nizan Guanaes garantiu que inovar não é tarefa simples. Pelo contrário, é árdua, fundamental e demanda esforço, dedicação e astúcia. É interessante notar que Guanaes sugere que a criatividade é inata ao povo brasileiro. Em referência ao Grupo ABC, a inovação se faz presente no “acesso ao mercado de capitais, na valorização sem compromisso do talento e na busca da excelência na gestão, o que nos transformou no 20º grupo de serviços de propaganda e marketing do mundo - o maior de capital brasileiro” (GUANAES, 2010, Folha de São Paulo), relata Guanaes. Além disso, “mesmo nas empresas, a cultura da inovação precisa ser mais enfatizada e enraizada” (GUANAES, 2010, Folha de São Paulo), pois é ela que traz a garantia de progresso e legitimidade para a nação. Então, se já faz parte da cultura brasileira até mesmo no ato de transformar tristeza em samba, como cita Guanaes, por que não explorá-la? Cabe levantar o centro de excelência denominado Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Esse ramo da economia brasileira, ainda em 1973, foi responsável por fazer o Brasil se tornar o “celeiro do planeta”, o que não é detalhe: “Lideramos na produção de grãos, de frutas e de carnes porque os pesquisadores da Embrapa criaram, e seguem criando, tecnologias inovadoras na cadeia agropecuária - de sementes ao manejo do solo” (GUANAES, 2010, Folha de São Paulo). Nesse aspecto, realçando um contraponto, o francês Ignácio Ramonet (2003), com uma visão mais pessimista, tem argumentos contrários aos de Nizan Guanaes, de modo a pontuar a insuficiência do *soft power* brasileiro. Para ele, conforme o desenvolvimento tecnológico foi se consolidando, o panorama modificou e, agora, “somente” abundância em recursos naturais não basta. Ainda segundo Ramonet (2003), a capacidade criativa e intelectual das pesquisas brasileiras são precárias:

Antes, a premissa geopolítica era de que espaço territorial, recursos naturais e volume demográfico eram sinônimos de poder. Com o avanço tecnológico, tais paradigmas mudaram. Ramonet (2003) afirma que no contexto atual, as antigas fontes de poder não representam mais trunfos, pelo contrário, são onerosas desvantagens na era pós-industrial, na qual a nova riqueza está na capacidade intelectual, que promove o saber, a pesquisa e a habilidade de inovar, e não mais na produção de matérias-primas (GUERARDI, 2006, p.21).

A colunista Eliane Catanhêde, em 15 de dezembro de 2010, escreveu na seção “Mundo” do Folha de São Paulo a reportagem com título: “Sob Dilma, Itamaraty deve adotar estilo mais técnico”. Nessa notícia, a autora traz avaliações e perspectivas acerca das mudanças relacionadas à troca do posto de governo de Luiz Inácio Lula da Silva por Dilma Rousseff e da mudança do corpo de ministros do Itamaraty de Celso Amorim para Antônio Patriota. A partir do ano seguinte, então, era prevista uma alteração da política externa brasileira. Enquanto Lula e Celso Amorim eram classificados com um viés mais político, os sucessores Dilma e Patriota apresentavam essência mais técnica. A sugestão para 2011, segundo avaliação de Catanhêde, seria um exercício do *soft power* em áreas de exportação de programas de biocombustíveis e agricultura; programas de combate à fome e estímulo ao investimento na área da saúde, sobretudo com atuação em países da África e na América Latina.

Em 13 de dezembro de 2011 Nizan Guanaes não dispensou elogios ao *soft power* brasileiro. Segundo Guanaes, “o Brasil exerce cada vez mais excepcionalidade entre as nações” (GUANAES, 2011, Folha de São Paulo). A peculiaridade do Brasil o deixa singular frente aos demais países da América Latina e até mesmo os outros que fazem parte do BRICS: “Somos um país único, por nossas raízes, por nossa mistura, por nosso tamanho, por nossa cultura, por nossa economia, por nossa política, por nossa geografia. Compare o Brasil com nossos vizinhos sul-americanos ou com nossos pares no Bric e veja quanta diferença” (GUANAES, 2011, Folha de São Paulo). Além disso, o autor chama atenção ao fato de que, apesar de o Brasil ser alvo do alto índice de criminalidade, não se insere em guerras com os demais, é pacífico, democrático, não se insere em conflitos com seus vizinhos e não possui arma atômica. Além do mais, o Brasil não é vítima nem de catástrofes naturais. Diante disso, a habilidade estrutural da política externa brasileira se mostra claramente enquanto uma nação respeitada, de modo que nenhum outro Estado ousa se envolver pejorativamente ou provocar desavenças. Em outras palavras, o Brasil tem um povo que não instiga e nem se envolve em guerra e, em termos de sucesso em *soft power*, as relações domésticas precisam estar harmônicas e, de acordo com a visão do autor, isso já é inato ao brasileiro. Guanaes

---

<sup>5</sup> Equipe empresarial brasileira aliada ao Grupo Icatu fundada por Nizan Guanaes e Guga Valente.



também ressalta que o Brasil não é somente a nação pacífica, mas também oferece alimento e energia a outras partes do globo e, principalmente, cultura, arte e alegria. É berço de ritmos musicais que encantam estrangeiros, possui estereótipo de “país do futebol” e as famosas telenovelas produzidas em terras brasileiras rodeiam mundo afora. E o que dizer das belezas naturais? Todo esse conjunto de artifícios, sem dúvida, seduz e convida quem é de fora participar de tamanha harmonia. A fins de complementação cabe trazer uma paráfrase de Guimarães cuja descrição relata a perspectiva positiva de Roberto Abdenur (1997):

[...] Para ele[Abdenur], o Brasil é um país identificado pelos valores da paz e cooperação internacional, com uma tradição de convivência pacífica com os vizinhos que encontra poucos paralelos no mundo. Há também o privilégio de se encontrar localizado numa região ausente de conflitos étnico-religiosos e com registros históricos de atuação diplomática marcada pela “inclusão” (GUERALDI, 2006, p.26).

Em uma outra reportagem, de março de 2012, o diplomata americano Richard Haass e presidente do Council on Foreign Relations foi entrevistado pela equipe do jornal Folha de São Paulo e relatou que “O Brasil deve aumentar seu poderio militar, porque só ‘*soft power*’ (poder de influir por inspiração e pelo exemplo) não basta, e uma maior capacidade brasileira em defesa abre a possibilidade de cooperação com os EUA” (HAASS, 2012, Folha de São Paulo). Mesmo assim, Haass não desacreditou no *poder brando* brasileiro, reconhecendo-o, inclusive, num nível acima da classificação de emergente. O país, para ele, teve potencial de exercer hegemonia, pois o considerou maduro. Sobre a questão da “possível” rivalidade entre Brasil e Estados Unidos, o americano alegou que as relações com os EUA eram consideradas, em geral, harmônicas, embora opiniões contrárias inevitavelmente existissem. O país, para o entrevistado, não precisaria, necessariamente, deter de armas nucleares para vir a ser uma potência pois, ainda assim, o Brasil poderia continuar exercendo *poder brando*. Contudo, deveria investir mais na força militar, porque para Haass, *soft power* isolado não basta. Considerando o campo militar uma tendência mais voltada para o *hard power*, (ou *poder duro*), o autor parece, de certa forma defender uma visão intermediária entre as duas estratégias, de modo a trabalhar com uma linha de *smart power*<sup>6</sup> (ou *poder inteligente*). A fins ilustrativos, levando em conta que a economia tende a seguir uma tradição de força coercitiva e ameaçadora, o Japão utiliza do *smart power* quando sua cultura é instigada pela economia. Sobre a pergunta se o Brasil poderia receber o título de “potência global emergente”, Richard Haass rebateu dessa maneira: “A resposta curta é ‘sim’, mas a palavra ‘emergente’ é difícil. Em certa medida, o Brasil já chegou lá. Economicamente, já é potência. Diplomáticamente, assume papel maior. Militarmente, ainda é modesto e tem que decidir que tipo de capacidade quer” (HAASS, 2012, Folha de São Paulo).

Em outra reportagem, de novembro de 2012, Clóvis Rossi designou as estratégias de *soft power* brasileira como “tímidas” no governo de Dilma Rousseff. O colunista deixou claro ao mencionar isso, querendo referir exclusivamente à política de comunicação implementada pela ex-presidente e seu ex-chanceler, Antonio Patriota: “Quando digo que o governo é tímido, refiro-me à política de comunicação de Dilma e de seu chanceler, Antonio Patriota, não às posições deles” (ROSSI, 2012, Folha de São Paulo). Em caráter ilustrativo, Rossi mencionou o conflito Israel x Palestina, alegando que praticamente não houve pronunciamento sobre o conflito por parte do governo brasileiro, o que seria relevante para impulsionar seu *poder brando*. A situação, inclusive, trouxe uma imagem na capa da revista do Jornal Folha de São Paulo do dia anterior que dispensaria palavras; havia uma criança palestina morta em meio ao cenário de guerra na faixa de Gaza. Segundo Clóvis Rossi, a fotografia “supera qualquer limite de horror” (ROSSI, 2012, Folha de São Paulo). Ademais, a reportagem traz um teor crítico na medida em que a ex-presidente somente se manifestou acerca desse fenômeno de ordem internacional quando questionada em entrevista por André Luiz Azevedo, da Rede Globo.

Valendo-se da rede de canal Rede Globo citada anteriormente, seria cabível, nesse momento, estabelecer um link sobre sua relevância doméstica e global como uma das maiores emissoras do mundo. Com base no livro de Frantjesco Ballerini, “Soft Power (Poder Brando)”, todo o mecanismo dos estúdios do Projeto Jacarepaguá (Projac), com sede no Rio de Janeiro, tem a capacidade de moldar os hábitos de uma população inteira, mesmo sendo um país de dimensões continentais. Segundo Francfort, o poder da emissora despertou várias consequências positivas, mas nem sempre; de modo que seus principais efeitos se deram por “[...] criar um país alegre, espontâneo, hospitaleiro e cordial, mas o ônus estaria nos estereótipos – um país dominado por favelas, pobreza e violência” (BALLERINI, 2017, p.111). Ballerini ainda aproveitou o tema Projac - Rede Globo para estabelecer um paralelo com os demais canais de entretenimento Netflix e HBO: “será que a Rede Globo estaria disposta a remodelar o formato que garantiu sua liderança na audiência por décadas? E, se não o fizerem, não estariam arriscando seu maior patrimônio conquistado, o hábito de uma população inteira de consumir seus produtos de entretenimento?” (BALLERINI, 2017, p.113).

<sup>6</sup> De acordo com Joseph Nye Jr., *smart power* seria “a capacidade de combinar *hard* e *soft power* em uma estratégia vencedora”.

Até então, verifica-se descrições do *poder suave*, majoritariamente, em dimensões internacionais ou, no mínimo, domésticas, isto é, compreendido na extensão territorial nacional. Na presente notícia, intitulada “Prefeitura ‘Soft’”, o editorial da Folha de São Paulo, em 15 de abril de 2013, discorreu sobre as medidas do *soft power* urbano tomadas pela prefeitura municipal da cidade de São Paulo; poder esse que esteve oscilando entre o *hard power* também. Em um primeiro momento há a conceituação de *soft power* como instrumento de influência moral, cultural e ideológico em contraste ao *hard*, com fundamentos ameaçadores, violentos e envolvendo a intervenção militar. A fim de distinguir as iniciativas condizentes a um dos poderes, o texto procurou levantar que o *poder bruto* se expressaria da seguinte forma: “vastas obras viárias, novas escolas, creches e hospitais corresponderiam ao lado mais ‘duro’, concreto, das atividades de uma prefeitura municipal” (EDITORIAL, 2013, Folha de São Paulo). E por outro lado, o *poder suave* poderia se encaixar melhor “[n]aquelas iniciativas que, sem ser necessariamente propagandísticas, incidiriam sobre as normas, os comportamentos e os modos de convívio no espaço urbano” (EDITORIAL, 2013, Folha de São Paulo). Em termos pragmáticos, tanto a Lei Cidade Limpa sob comando de Gilberto Kassab do Partido Social Democrático (PSD) quanto a gestão de Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT) tenderam a trazer medidas mais “suaves” de poder. Ao final da reportagem, mais uma vez, a equipe editorial da Folha de São Paulo oferece uma linha intermediária desses poderes como a estratégia mais eficaz: “[...] um pouco de “*hard power*”, isto é, de obras viárias alternativas, como a construção de ciclovias permanentes e seguras, combinaria bem com o efeito propagandístico e simpático dessa outra política municipal” (EDITORIAL, 2013, Folha de São Paulo).

Em um artigo de opinião do jornal escrito por Gilberto de Mello Kujawski em 2013 estiveram dispostas observações cabíveis ao universo da política que sugere o termo *soft power*. O interessante, nesse caso, é notar que Kujawski também chamou atenção para o fato de que o conceito não é estático de modo a estar restrito exclusivamente ao sistema internacional de Estados. Ele opera também no amplo campo cultural, na ciência, nas artes, na dança, na música, na pintura e no jornalismo, além de se manifestar na área do Direito:

Seu alcance não se restringe só à estratégia das relações internacionais, podendo incluir a vida social, científica, artística e cultural em geral. Todos os rituais implantados pelo processo civilizatório são desdobramentos da política “*soft power*” no trato entre as pessoas. A cordialidade ou urbanidade, as boas maneiras, as liturgias sociais que visam a domesticar e a pacificar as relações humanas são modos do “*soft power*”. Na ciência, podemos contar a homeopatia como modalidade do “soft” em contraste com o “hard” da alopatia. No direito, a flexibilização da lei no sentido de atingir a justiça no caso concreto é inspiração “soft”. Nas artes, nem se fala. O tango é “hard”, o samba é “soft” e a bossa nova é mais “soft” ainda. A vantagem do “soft” é que ele não aceita antinomias irreduzíveis. É essencialmente antimaniqueísta, nega a luta entre o bem e o mal. Isso não somente no campo das relações internacionais, como no âmbito das relações humanas em geral (KUJAWSKI, 2013, Folha de São Paulo).

“Um poder suave original, sofisticado, que colocou o Brasil nas rádios do mundo inteiro, o ritmo nacional mais internacional até hoje” (BALLERINI, 2017, p.118). Visto que pode ser empregado em múltiplas modalidades, vale explorar um pouco mais o *soft power* no mundo da dança como fez Frantjesco Ballerini, sobre o potencial, sobretudo, da *bossa-nova*. Acerca desse gênero musical originalmente brasileiro do final de 1950 – pode-se dizer que seu “ritmo sedutor” elevou, extraordinariamente, a Música Popular Brasileira (MPB) para “filmes de Hollywood, festas do Japão, bares da Angola e cafés da Austrália” (BALLERINI, 2017, p.117). Ballerini, considerando o contexto da época, defendeu que o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek – 50 anos em 5 – funcionou como um encaixe espetacular com o gênero musical, e, com isso, “o *hard power* [...] abriu caminho para catapultar o *soft power* da bossa-nova. Ao fazer sucesso no mundo inteiro, ela intensificou a imagem otimista de um país cujo poder político transmitia o mesmo sentimento” (BALLERINI, 2017, p.121). Alternando o ritmo de *bossa-nova* para *tango*, Ballerini dispõe a prova concreta de quanto a Argentina, berço do ritmo, lucrou com o turismo quando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) declarou o gênero como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade em 2009 (p.128). O *tango* lá, talvez seja o maior instrumento influenciador da nação. “[Esses] *soft power* culturais [descritos até então] enriquecem, de certa forma, os seus países em termos financeiros, turísticos, sociais, econômicos e, sobretudo, de imagem internacional” (BALLERINI, 2017, p.179), como coloca Frantjesco Ballerini.

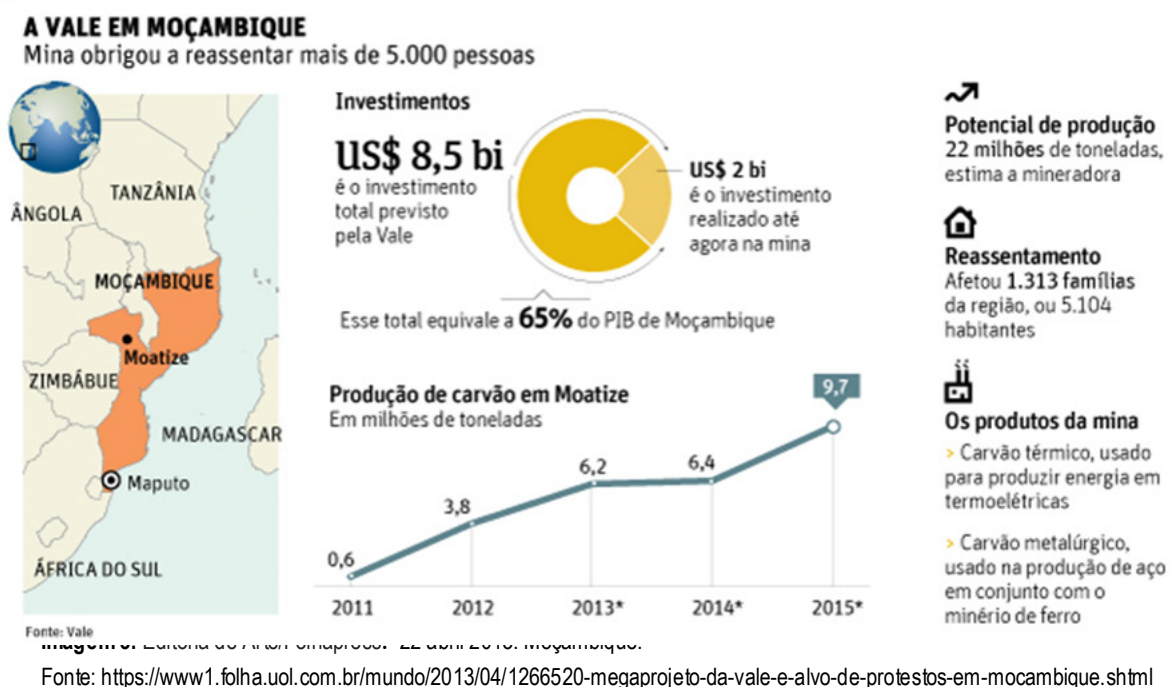
Partindo para a reportagem de Patrícia Campos Mello para a Folha de São Paulo, em 22 de abril de 2013, ela lançou a chamada: “Mina de problemas. Megaprojeto de carvão da Vale<sup>7</sup> em Moçambique é alvo de protestos de 5100 moradores removidos” (MELLO, 2013, Folha de São Paulo). A reportagem notificou os transtornos decorridos à população local devido a instalação da mineradora em terras moçambicanas. O pronunciamento aliado a iniciativas como indenização por parte da empresa aos povos afetados, mediante o caso, seria, sem dúvida, de extrema importância para remodelar a projeção de sua influência e imagem para o resto do mundo. O que esteve em risco foi a relação entre Brasil e África, por ser uma empresa de grande porte que “carrega o nome do país”. Sob visão profissional, Patrícia Mello descreveu a gravidade da situação dessa forma: “analistas apontam que esse tipo de problema afeta o ‘soft power’ (poder de persuasão) do Brasil na África e sua estratégia de aproximação com países pobres” (MELLO, 2013, Folha de São Paulo). João Salicuchepa Gimo, um pai de família envolvido nos protestos contra a Vale, não deixou de expressar sua opinião: “Infraestrutura de má qualidade, más condições de habitação, concessão de terra imprópria para a prática de agricultura, dificuldade de acesso à água potável, falta de transportes” (GIMO, 2013, Folha de São Paulo). Para fins de detalhamento e ilustração do caso, o esquema a seguir consta o valor do investimento previsto e o investimento que foi realizado até o momento. Vale levantar que o megaprojeto da Vale investiu em uma quantia que chegou a mais da metade do Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique.

A reportagem de 28 de abril de 2013 elaborada pela ex-ministra da cultura Marta Suplicy trata a respeito de programas de incentivo à cultura, como o Vale-Cultura (VC) como articulação do governo brasileiro para potencializar seu *soft power*. Segundo Suplicy, a medida foi a primeira estratégia da política pública a beneficiar o trabalhador com recursos voltados para o meio cultural. Sobre como funcionaria o benefício:

Estarão habilitadas as empresas que têm lucro real (com desconto de Imposto de Renda até 1%) e as tributadas pelo “lucro presumido”. Estas não terão incentivo fiscal, mas não serão tributadas nestes R\$ 50, que poderão ser utilizados para adquirir ingressos de cinema, teatro, museus, shows, livros, CDs, DVDs, instrumentos musicais, entre outros produtos culturais (SUPLICY, 2013, Folha de São Paulo).

Com a estimativa de alcance de 18 milhões de brasileiros, o objetivo operou na injeção de recursos financeiros para movimentar a economia nacional, gerando renda e empregos. Diante de solicitações para prefeituras investirem melhor em setores da cultura como em projetos de cinema, teatro e livrarias, a iniciativa beneficiaria a população que tem acesso restrito ao consumo cultural.

Em próxima reportagem de agosto de 2013, o editor Matheus Magenta noticiou o investimento do governo no âmbito cultural para a Copa, que seria no ano seguinte. As atividades culturais para o megaevento



<sup>7</sup> A Vale é uma empresa multinacional brasileira de mineração.



ficaram estimadas em R\$18,8 milhões e de acordo com a ex-ministra Marta Suplicy o substancial e duradouro legado seria o “soft power” (poder de influência) do país, a reestruturação de museus e a capacitação de profissionais” (SUP LICY, 2013, Folha de São Paulo). O projeto contaria com um edital subdividido nos pilares “Brasil Audiovisual”, “Brasil Criativo”, “Brasil Diverso” e “Brasil das Artes” para 1200 apresentações artísticas de 10 de junho a 15 de julho de 2014. As temáticas abarcavam desde produção de documentários à exibição de dança, gastronomia, artesanato e produção de moda.

Em 13 de junho de 2014, na seção “Mercado”, Vinicius Torres Freire publicou “A ‘Imagem do Brasil’ e a Copa”. Nessa reportagem, o autor considera que o megaevento sediado entre junho e julho no país em 2014 não serviu para transmitir um legado satisfatório, assim como quando foi a vez de a África do Sul sediar a Copa da Fifa. Para reforçar sua argumentação, Freire comentou que a imagem deixada pela Copa foi, no mínimo, “ridícula” diante da apresentação de abertura, que mais se parecia com “um Carnaval de rua em Jecópolis do Norte” (FREIRE, 2014, Folha de São Paulo). Ademais, ainda reforçou a crítica alegando que “carnavalescos e escolas de samba fariam algo muito mais profissional” (FREIRE, 2014, Folha de São Paulo). Para Vinicius T. Freire, seria um equívoco tratar da “Copa do Mundo como uma oportunidade de demonstração de *soft power*” (FREIRE, 2014, Folha de São Paulo) ou até mesmo de “reposicionamento da marca do Brasil” (FREIRE, 2014, Folha de São Paulo), ao passo que a política econômica seria considerada, para ele, uma ferramenta mais eficaz para refletir o *soft power* da nação ao resto do globo. Para ilustrar essa observação, Freire advertiu que em seminários universitários nos EUA, cujos ouvintes colecionavam boa compreensão acerca de desenvolvimento econômico e detinham, simultaneamente, conhecimento superficial sobre o Brasil, a imagem do país piorava substancialmente ao tomarem conta das altas taxas de juros do país e do peso da tributação em um local onde abriga uma população com baixa escolaridade.

O título provocativo “O fim do Brasil?” já parece dizer tudo. Em artigo de opinião Marcos Troyjo escreveu para a Folha de São Paulo no dia 03 de outubro de 2014. Recordando que esse ano marcou um contexto eleitoral, no texto, o autor se posiciona pouco otimista quanto ao futuro do Brasil no que diz respeito ao âmbito da economia política após o ciclo eleitoral que se findava: “concluído o ciclo eleitoral, fala-se em mudança na política econômica, mas pouco de economia política” (TROYJO, 2014, Folha de São Paulo). Troyjo discorreu que o período eleitoral desencadeou discursos mais ligados a juros, moeda e câmbio, ao passo que a menção a temas relevantes como política industrial e comércio era limitada. Logo, era preciso que o setor financeiro fosse melhor trabalhado nos próximos quatro anos de governo a fim de se esbanjar ao resto do mundo um melhor *soft power* do país.

Ainda sobre o cenário político das eleições de quatro anos atrás, Flávia Marreiro, Luciana Coelho e Patrícia Campos Mello elaboraram texto para a seção “Folha Eleições 2014”. Levando em conta que os candidatos ao cargo eleitoral eram Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a análise versa acerca da política externa e as relações que o Brasil viria a estabelecer com os demais Estados. Aliás, os debates tratavam-se de um tema que é de enorme relevância para a construção de uma imagem da nação lá fora. Em suma, enquanto Dilma priorizava focalizar as relações com os vizinhos da América do Sul, o candidato do PSDB pretendia abrir prioridade nas relações com Estados Unidos e União Europeia (UE). Contudo, quanto ao mercado chinês ambos apresentaram visão em comum, pois almejavam investir na relação comercial entre Brasil e China.

A reportagem “Itamaraty reduz gasto com cultura em 26%” é de 17 de fevereiro de 2015, sob autoria de Flávia Foreque. O texto versa sobre a relevância no investimento da diplomacia cultural, pois tende a “dissipa[r] eventuais estereótipos da cultura nacional” (FOREQUE, 2015, Folha de São Paulo). A doutora em Literatura Brasileira pela USP, Guiomar de Grammont, chamou atenção especificamente para o idioma e literatura brasileiros: “É preciso pensar uma política regular e densa de difusão da nossa literatura no exterior” (GRAMMONT, 2015, Folha de São Paulo). Já o ministro da cultura, Juca Ferreira, destacou a necessidade de se estabelecer uma boa política cultural com o resto do globo: “Um país que tem a importância mundial do Brasil não pode descuidar das relações culturais com outros países” (FERREIRA, 2015, Folha de São Paulo).

Flávia Foreque, mais uma vez como autora da reportagem da Folha de São Paulo, trouxe o próximo texto, de 24 de abril de 2015, relatando sobre como o governo Lula escolheu o cardápio e a forma de degustação para as refeições oficiais no Itamaraty e o que isso representa como estratégia influenciadora. Foreque contou que o ex-presidente, em contraste à então sucessora Dilma Rousseff que preferiu o modo tradicional, optou por contratar um bufê com ingredientes típicos da culinária brasileira para os líderes conversarem enquanto se serviam. Esse artifício todo parece não significar nada. Contudo, como alertou Carlos Cabral em “A Mesa e a Diplomacia Brasileira – O Pão e o Vinho da Concórdia”, a gastronomia diplomática opera em regras e detalhamentos como se fosse um jogo de xadrez, comparou Cabral. Então, para o autor do livro,

“cada peça tem seu valor e importância previamente definidos, e a vitória nesse confronto deve ser inteligente e elegante” (CABRAL, 2009, Folha de São Paulo). Flávia Foreque ainda mencionou que a gastronomia enquanto *soft power* pode ser potencialmente eficaz junto ao cinema e a literatura, em detrimento da ameaça e da coerção.

“Chantilly” é o nome da coluna que contou com a colaboração da ex-ministra da cultura Marta Suplicy em 29 de abril de 2016 para a Folha de São Paulo. O título provocativo “Chantilly” usou um teor metafórico para fazer referência à competência e esforço da produção de moda brasileira na Semana da Moda, sobretudo por parte do produtor Paulo Borges. No entanto, o “chantilly” vem sem acompanhamento e, na linguagem figurativa, a “ausência do bolo” significou o período instável de desemprego, da política, do difícil financiamento e da falta de apoios. Segundo Suplicy, a moda como forte ferramenta de *soft power* como acontece em Paris, Milão, Londres e Nova Iorque “é fonte de geração de emprego e de renda, de crescimento e motor da economia. Sem dizer que produz beleza e dá alegria [...]” (SUPLICY, 2016, Folha de São Paulo). Para se ter uma ideia, a moda é responsável por movimentar, globalmente, uma quantia de mais de um trilhão de dólares anuais.

O editor Marcos Augusto Gonçalves pontuou em 13 de maio de 2016 as nuances e desencadeamentos do governo Lula. Para ele, abril de 2009 foi uma época marcante para o *soft power* brasileiro. O país parecia preparado para se destacar positivamente no contexto mundial e superar os dilemas de desigualdade social, desemprego e violência. A boa relação diplomática com os EUA, em meio ao episódio em que Barack Obama o apresentou como o líder “mais popular da Terra”, foi também um fator significativo. Em termos econômicos, a política de Lula propiciou estabilidade financeira à população de classe baixa e aqueles que já desfrutavam de maior renda se enriqueceram ainda mais. Já em 2012, no segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, também ocorreu algo que não poderia passar por despercebido. Em questões culturais, “Avenida Brasil”, a telenovela da emissora Rede Globo sob direção de João Emanuel Carneiro, alcançou índice máximo de sucesso e audiência.

Prosseguindo para o ano seguinte, as notícias da Folha de São Paulo referentes ao governo de Michel Temer apresentam quebra de expectativa ao poder de influência brasileiro. O país se complicava até mesmo com as questões internas, o que, conseqüentemente, acaba dificultando ainda mais a perspectiva de engajamento internacional. Guilherme Magalhães e Daniel Buarque, editores de “Política externa brasileira perde prestígio” escreveram em 23 de julho de 2017. De acordo com a pesquisa “The Soft Power 30” de mesmo ano, cuja função é listar o ranking dos países com maior capacidade de persuasão, o Brasil despencou de cinco posições comparado com o ano de 2016. Com efeito de detalhamento, na América do Sul, o Brasil é o único a disputar entre as nações de maior poder de influência, principalmente em razão da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas do Rio em 2016. Na visão do pesquisador Andrés Malamud:

O Brasil tem menos protagonismo, e por vezes até nem participa, em reuniões ou fóruns de alto nível, mesmo sobre questões nas quais o país já foi um ator relevante (como ambiente). Em nível regional, a Unasul (uma criação brasileira) e a Celac estão paralisadas: nem conseguem se reunir para tratar a crise venezuelana (MALAMUD, 2017, Folha de São Paulo).

Para Mathilde Chatin, do King’s College de Londres, o estado caótico nacional aliado à intensa crise econômica dos anos que marcaram os governos de Dilma Rousseff e, posteriormente, o de Temer, poderiam ser contrastados com o governo Lula, no sentido de que a conjuntura da época do ex-presidente teria sido mais propícia ao êxito:

O contexto econômico e político que os sucessores enfrentaram foi drasticamente diferente do qual o presidente Lula beneficiou. Pode ser que aquele período tenha sido um “ponto fora da curva”, que se regularizou com seus sucessores – inclusive por falta de interesse em política externa da presidente Dilma Rousseff e uma diplomacia presidencial menos intensa (CHATIN, 2017, Folha de São Paulo).

Observa-se que, diante desse conteúdo, o *soft power* espelhado nos mais variados temas, de modo a perpassar nas dimensões de uma Copa do Mundo, nas investigações Estatais, no ato de implementar políticas sociais, na engenhosidade do poder influenciador nacional, no *poder suave* urbano, nos ritmos musicais, no auxílio humanitário, na moda, na indústria cinematográfica, nas telenovelas, no teatro e até na gastronomia diplomática.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acervo online do Jornal Folha de São Paulo trouxe a primeira menção ao *soft power*, em âmbito mundial, no ano de 2000. No entanto, como o propósito dessa pesquisa é nacional, cabe relatar que o Brasil surge como referência pela primeira vez em 3 de novembro de 2005 na matéria sobre o documentário “O Dia Em Que o Brasil Esteve Aqui”. Sob autoria de Marcos Guterman, a reportagem relaciona a supremacia do futebol brasileiro em terras haitianas. Após quatro anos, o envolvimento governamental Brasil e EUA no governo de Barack Obama foi assinalado por uma “boa” relação diplomática. O ano de 2010, entretanto, ganhou opiniões pejorativas às habilidades estratégicas de Lula. Já com Dilma Rousseff no cargo presidencial, em 2014, as críticas dispararam alegando maior eficiência de seu antecessor nesse quesito. Ou seja, Lula parece ter tido um manuseio mais hábil do *soft power*. E, nos anos posteriores, a instabilidade do *poder brando* atingiu dimensões ainda maiores com Michel Temer.

Com uma política autointitulada “ativa e altiva”, constata-se que o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva se destaca em vista da exploração do potencial brasileiro nos seus mais variados aspectos. Apesar das críticas em meio ao uso excessivo do recurso público para auxiliar vizinhos, não seria viável negar a tamanha visibilidade de programas como o Bolsa Família, Fome Zero e a própria ajuda humanitária no Haiti. Vale mencionar que a credibilidade de uma nação permeia na engenhosidade dessas ações que trazem democracia, direitos humanos e liberdade individual como prioridades à conjuntura política e, sobretudo, à população. O governo Lula (2003 - 2011) foi reconhecido pelo bom engajamento, de acordo com o diplomata Paulo Roberto de Almeida, e pela propagação da “cultura da paz”. Além disso, como aponta Guerardi, em termos ideológicos, o ex-presidente defendeu o multilateralismo e reforçou a visão estruturalista do cenário internacional (p.107).

Embora às vezes designado como vulnerável, ora também visto como um país saturado por limitações internas e pela corrupção, o próprio Nye dirige expectativas progressistas ao país. Sucintamente, na versão de Schaeffer: “[...] o Brasil é reconhecido internacionalmente por sua música, por seu futebol e jogadores, suas novelas. Possui uma das principais emissoras de TV do mundo [Rede Globo], um forte cinema e ainda possui pesquisas na área da biologia surpreendentes” (SCHAEFFER, 2017/2018, p.17).

Com efeito, os doze anos do intervalo em que o Brasil vem sido historiado pela temática *soft power* na mídia Folha de São Paulo (2005 a 2017) são abarcados pelos líderes Lula, Dilma e Temer. Como numa escala gradual, o panorama, conforme análise, parece ter seguindo uma linha decrescente de potencial influenciador, de sorte que atingiu seu ápice no governo Lula, decaiu com o estilo mais “durão” de Dilma e sofreu maior degeneração ainda com Michel Temer. A fins de encerramento, o fundamento que atua como legado para ascensão das estratégias de persuasão de um país caminha lado a lado com a fala de Nye (2004) pontuada por Guerardi sobre os valores da democracia e da liberdade individual, de maneira que: “[...] ignorar tais valores, como democracia e liberdades individuais, pode comprometer a eficiência da política externa do país e levar ao seu isolacionismo” (GUERALDI, 2006, p.20). Sendo assim, a nação precisa, em primeira instância, dispor de um “jogo de cintura” para enfrentar os problemas domésticos para, então, usufruir dos artifícios em vista de atrair prestígio internacional.

## REFERÊNCIAS

ABDENUR, Roberto. **A Política Externa Brasileira e o “Sentimento de Exclusão”**. In: FONSECA Jr., Gelson e CASTRO, Sergio Henrique Nabuco (Org). Temas de Política Externa Brasileira II. Vol 1. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 31 – 46.

AGUIAR, Sara Camêlo. **O programa Bolsa Família e o governo Lula**. Vol. 13, Nº4, outubro/novembro 2014. Revista Eletrônica Polêmica. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/13200>>. Acesso em: 08 de novembro de 2018.

ANTUNES, Claudia. **Brasil precisa elevar seu poderio militar para ter papel maior**. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/29298-brasil-precisa-elevar-seu-poderio-militar-para-ter-papel-maior.shtml>>. Acesso em: 07 de novembro de 2018.

ANTUNES, Claudia. **Pentágono banca pesquisas sobre vizinhos**. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0612200904.htm>>. Acesso em: 05 de novembro de 2018.

Apresentação de slides **Realismo x Liberalismo**. Prezi. Disponível em: < <https://prezi.com/9fb31ytddr95/realismo-x-liberalismo/>>. Acesso em: 07 de novembro de 2018.

**As Histórias Deixadas Pelo Jogo da Paz no Haithi!!!** 21 out 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Vxd6U9x5WDE>>. Acesso em: 08 de novembro de 2018.

BALLERINI, Franthiesco. **Poder Suave (Soft Power):** arte africana; arte milenar chinesa; arte renascentista; balé russo; Bollywood; Bossa-Nova; British invasion; carnaval; cultura mag japonesa; Hollywood; moda francesa; tango; telenovelas. São Paulo: Summus, 2017.

CABRAL, Carlos. **A Mesa e a Diplomacia Brasileira:** O Pão e o Vinho da Concórdia. 1. ed. Vida Nova. 2009.

CATANHÊDE, Eliane. **Sempre digo que Pelé só teve um; igual a Lula não vai ter.** Disponível em: <[acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=Soft+Power&site=&periodo=acervo&x=6&y=20](http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=Soft+Power&site=&periodo=acervo&x=6&y=20)>. Acesso em: 21 de novembro de 2018.

CATANHÊDE, Eliane. **Sob Dilma, Itamaraty deve adotar estilo mais técnico.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1512201007.htm>>. Acesso em: 07 de novembro de 2018.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo (Org.). **Bens culturais e relações internacionais:** o patrimônio como espelho do soft power. Santos: leopoldianum, 2017. 466p. ISBN 9788560360710.

EDITORIAL. **Prefeitura Soft.** Disponível em: <[acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=soft+power&site=&periodo=acervo](http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=soft+power&site=&periodo=acervo)>. Acesso em: 20 de novembro de 2018.

FERNANDES, Vítor Ramon (2016). **Idealismo e realismo nas Relações Internacionais: um debate ontológico.** JANUS.NET e-journal of International Relations, Vol. 7, N.º 2, novembro 2016-abril 2017. Consultado [online] em 20 de novembro de 2018, observare.ual.pt/janus.net/pt\_vol7\_n2\_art2 (<http://hdl.handle.net/11144/2781>).

FERNANDES, Vítor Ramon. **Ontologia e epistemologia da ordem internacional em Raymond Aron.** Relações Internacionais, março 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n45/n45a07.pdf>>. Acesso em: 10 de novembro de 2018.

FOREQUE, Flávia. **Itamaraty reduz gasto com cultura em 26%.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/02/1590776-itamaraty-reduz-gasto-com-cultura-em-26.shtml>>. Acesso em: 09 de novembro de 2018.

FOREQUE, Flávia. **Menu é montado como tabuleiro de xadrez.** Disponível em: <[acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=Soft+Power&site=&periodo=acervo&x=16&y=16](http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=Soft+Power&site=&periodo=acervo&x=16&y=16)>. Acesso em: 09 de novembro de 2018.

FREIRE, Vinícius Torres. **A Imagem do Brasil e a Copa.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniustorres/2014/06/1469463-a-imagem-do-brasil-e-a-copa.shtml>>. Acesso em: 08 de novembro de 2018.

GONÇALVES, Marcos Augusto. **Do “cara” de Barack Obama ao pixuleco das manifestações pelo impeachment, o reinado lulopetista teve seus símbolos de glória e de decadência.** Disponível em: <[acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=Soft+Power&site=&periodo=acervo&x=11&y=9](http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=Soft+Power&site=&periodo=acervo&x=11&y=9)>. Acesso em: 09 de novembro de 2018.

GUANAES, Nizan. **Embrapas para todos.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me3011201031.htm>>. Acesso em: 06 de novembro de 2018.

GUANAES, Nizan. **O soft power brasileiro**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/14639-o-soft-power-brasileiro.shtml>>. Acesso em: 07 de novembro de 2018.

GUERALDI, Ronaldo Guimarães. **A Aplicação do Conceito de Poder Brando (Soft Power) na Política Externa Brasileira**. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3552/ACFC3.pdf>>. Acesso em 09 de novembro de 2018.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos Anos de Periferia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

GUTERMAN, Marcos. **“O Dia Em Que O Brasil Esteve Aqui”** – Show de futebol não afasta velho pavor do Haiti. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0311200518.htm>>. Acesso em: 05 de novembro de 2018.

HESSEL, Marcelo. **O Dia Em Que o Brasil Esteve Aqui**. Crítica. Omelete. 04 de maio de 2006. Disponível em: <<https://www.omelete.com.br/filmes/criticas/o-dia-em-que-o-brasil-esteve-aqui>>. Acesso em: 08 de novembro de 2018.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. 2. ed. Martin Claret. 1 de janeiro de 2009.

JACKSON, R.; SØRENSEN, G. **Introdução às Relações Internacionais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

JUBRAN, B. M.; LEÃES, R. F.; VALDEZ, R. C. C.; **Relações Internacionais: conceitos básicos e aspectos teóricos**. Porto Alegre, maio de 2015. Disponível em: <[https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/20150525relacoes-internacionais\\_-conceitos-basicos-e-aspectos-teoricos.pdf](https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/20150525relacoes-internacionais_-conceitos-basicos-e-aspectos-teoricos.pdf)>. Acesso em: 13 de novembro de 2018.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S.; HOFFMANN, S. (orgs.). **After the Cold War: International Institutions and State Strategies in Europe, 1989-1991**. Cambridge, MA, Harvard University Press, 1993.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello. **Soft Power**. Disponível em: <[acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=soft+power&site=&periodo=acervo](https://www1.folha.uol.com.br/resultados/?q=soft+power&site=&periodo=acervo)>. Acesso em: 11 de novembro de 2018.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. **Algumas teorias das relações internacionais: realismo, idealismo e grocianismo**. Revista Intersaberes. ISSN 1809-7286. Vol 1. N.1. Jan-jun 2006. p 56 – 77.

LAYNE, C.; THAYER, B. A. **American empire: a debate**. New York: Routledge, c2007.

LORES, Raul Juste. **O que me atrai hoje é o pós-luxo, que o Japão vive**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1508201013.htm>>. Acesso em: 06 de novembro de 2018.

MAGALHÃES, Guilherme. BUARQUE, Daniel. **Política externa brasileira perde prestígio**. Disponível em: <[acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=Soft+Power&site=&periodo=acervo&x=2&y=15](https://www1.folha.uol.com.br/resultados/?q=Soft+Power&site=&periodo=acervo&x=2&y=15)>. Acesso em: 10 de novembro de 2018.

MAGENTA, Matheus. **Governo investirá R\$ 18,8 milhões em cultura na Copa em projetos escolhidos amanhã**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/08/1323055-governo-investira-r-188-milhoes-em-cultura-na-copa-em-projetos-escolhidos-amanha.shtml>>. Acesso em: 08 de novembro de 2018.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 1. ed. Martin Claret. 2017.

MARREIRO, Flávia. COELHO, Luciana. MELLO, Patrícia Campos. **Campo Minado**. Disponível em: <[acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=Soft+Power&site=&periodo=acervo&x=18&y=18](http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=Soft+Power&site=&periodo=acervo&x=18&y=18)>. Acesso em: 09 de novembro de 2018.

NOGUEIRA, João Pontes. MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. Elsevier. Edição: 1ª. 26 de setembro de 2005.

MELLO, Patrícia Campos. **Mina de Problemas**. Disponível em: <[acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=soft+power&site=&periodo=acervo](http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=soft+power&site=&periodo=acervo)>. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

NYE, Joseph S. **Bound to Lead: The Changing Nature of American Power**. New York: Basic Books, 1991.

NYE, J. S., Jr. **“Neorealism and Neoliberalism”**. World Politics, 40/2, 1988, p.235-51.

**O Idealismo de Woodrow Wilson**. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, 22 maio 2008. Disponível em: [investidura.com.br/biblioteca-juridica/resumos/relacoes-internacionais/56-oidea](http://investidura.com.br/biblioteca-juridica/resumos/relacoes-internacionais/56-oidea). Acesso em: 07 de novembro de 2018.

OUALALOU, Lamia. **Le Brésil, nouveau «géant» de l'aide humanitaire**. Le Figaro. 07 set 2010. Disponível em: <http://www.lefigaro.fr/international/2010/09/07/01003-20100907ARTFIG00702-le-bresil-nouveau-geant-de-l-aide-humanitaire.php>. Acesso em: 08 de novembro de 2018.

Passei Direto. Material enviado por Jaqueline. **Realismo x Liberalismo: um breve estudo comparativo**. Relações Internacionais. Estácio. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/18030967/realismo-x-liberalismo>>. Acesso em: 07 de novembro de 2018.

RAMONET, Ignácio. **Geopolítica do Caos**. 4a ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

RAMONET, Ignácio. **Guerras do Século XXI: Novos Temores e Novas Ameaças**. Petrópolis: Vozes, 2003.

ROSSI, Clóvis. **A voz do Brasil é baixa demais**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/79063-a-voz-do-brasil-e-baixa-demais.shtml>>. Acesso em: 07 de novembro de 2018.

SÁ, Nelson de. **Toda Mídia. Brasil, o novo gigante da ajuda humanitária**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0909201017.htm>>. Acesso em: 11 de novembro de 2018.

SÁ, Nelson de. **Toda Mídia**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1607201018.htm>>. Acesso em: 05 de novembro de 2018.

SCHAEFFER, Carolina Munck. **Projeto de Iniciação Científica – Bens Culturais e Relações Internacionais – O Soft Power na Mídia Eletrônica**. Duas Décadas de Transformações (1997-2017).

SEGALLA, Murillo; PATAH, Gabriel; SAVIO, Luís Gabriel. **Teoria da escola inglesa - Relações internacionais** - USC Bauru. 27 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1I9RIU8oMe0>>. Acesso em: 07 de novembro de 2018.

SUPLICY, Marta. **Alimento para a alma**. Disponível em: <[acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=soft+power&site=&periodo=acervo](http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=soft+power&site=&periodo=acervo)>. Acesso em: 17 de novembro de 2018.

SUPLICY, Marta. **Chantilly**. Disponível em: <[acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=Soft+Power&site=&periodo=acervo&x=20&y=12](http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=Soft+Power&site=&periodo=acervo&x=20&y=12)>. Acesso em: 09 de novembro de 2018.

The Economist. **Brazil's foreign-aid programme speak softly and carry a blank cheque**. Disponível em: <<https://www.economist.com/the-americas/2010/07/15/speak-softly-and-carry-a-blank-cheque>>. Acesso em: 06 de novembro de 2018.

TROYJO, Marcos. **O fim do Brasil?** Disponível em: <[acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=Soft+Power&site=&periodo=acervo&x=18&y=18](http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=Soft+Power&site=&periodo=acervo&x=18&y=18)>. Acesso em: 18 de novembro de 2018.

VELLOSO, Pedro Leão. Carta das Nações Unidas. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d19841.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm)>. Acesso em: 19 de novembro de 2018.

ZACHER, M.; MATTHEW, R. A. “**Liberal International Theory: Common Threads, Divergent Strands**”, in C. W. Kegley, Jr., *Controversies in International Relations: Realism and the Neoliberal Challenge*. Nova York, St. Martin's Press, 1995, p. 107-50.